

Sal grosso

• Para desespero dos aliados do Governo que disputarão o segundo turno no domingo, as medidas do ajuste fiscal vazavam em bicas ontem. Nada do que circulou pelo mercado de informações foi oficialmente confirmado, e dificilmente o será antes do pleito, mas os boatos podem ser a pá de cal sobre algumas candidaturas governistas em situação difícil. Eles dizem que a classe média é que pagará pelo duro ajuste negociado com o FMI.

Para o setor financeiro, por exemplo, deve sobrar apenas uma cobrança de Cofins. Para a classe média que anda de carro, pode vir o imposto sobre combustíveis. Munição preciosa para os candidatos de oposição. Poderão recordar que após o fracasso do Cruzado essa foi uma das medidas do Cruzado II. Daquele compulsório sobre a gasolina instituído logo depois das eleições de 1986, ninguém jamais viu o cheiro. Para os servidores, virá o aumento da contribuição previdenciária, que pode chegar a 16%. Para os inativos, uma mordida de 11% no contracheque.

O aumento da alíquota da CPMF, de 0,2 para 0,3%, de tão falado já não assusta. Mas ele dá também à oposição o discurso de que o Governo tomará mais dos assalariados que têm conta bancária do que dos ricos. Com a alíquota atual, a arrecadação deste ano deve passar dos R\$ 7 bilhões. Com a nova, mais R\$ 4 bilhões seriam recolhidos. Já o imposto sobre grandes fortunas — tema de projeto do senador Fernando Henrique que Lula fez-lhe a gentileza de cobrar durante a campanha — renderia entre R\$ 200 milhões e R\$ 300 milhões.

As medidas que envolvem

acordo com os governadores também são boas candidatas a munição eleitoral. Uma delas, já dada como certa no pacote, seria a redução de subsídios e incentivos fiscais. O que se vê em todos os debates é candidatos defendendo a renúncia fiscal como atalho para o desenvolvimento. Sobretudo os governistas, de Íris Rezende (GO) a Albano Franco (SE).

O enquadramento dos estados no teto da Lei Camata — gastos de no máximo 60% das receitas correntes com pessoal — também parece certo. E resultará em demissões, pois 17 dos 27 estados estão gastando mais que isso. É claro que, depois de eleito, todo governador terá que se ajustar, seja da situação ou da oposição. Mas daqui até domingo os da oposição é que poderão acusar o adversário de ser aliado de um Governo federal que exigirá demissões.

Pelos efeitos eleitorais devastadores, a área política do Governo estava ontem irritadíssima com a área econômica. Acredita que os vazamentos partiram de lá, de gente que pensa tanto no mercado que se esquece do eleitorado. Desta vez, ele votará sabendo o que o espera.